

NSN – Nova Sociedade de Navegação S.A.

Informações contábeis intermediárias acompanhadas do relatório sobre a revisão de informações trimestrais em 30 de junho de 2026

Ref.: Relatório nº 268EQ-002-PB



Índice

	Página
Relatório da Administração	3
Relatório sobre a revisão das informações trimestrais	27
Informações contábeis intermediárias para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026	30
Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2026	37



RELATÓRIO DE DESEMPENHO

2T2026

Indicadores Relevantes 2T 2026



NAVEGAÇÃO



R\$ 38.653

milhares de reais

Receita Líquida



(R\$ 3.329)

milhares de reais

EBITDA



R\$ 500

milhares de reais

EBITDA Ajustado

COLUMBUS OFFSHORE



49,6%

Operacionalidade
da frota



3 AHTS

1 OSRV



R\$ 598.541

milhares de reais

Backlog de contratos

CIA DE NAVEGACAO DA AMAZÔNIA



20 BALSAS

12 EMPURRADORES



R\$ 6.619

milhares de reais

AFRMM gerado



143 mil m³

Volume
transportado

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2026. A Administração da Nova Sociedade de Navegação S.A. ("Columbus Shipping" ou "Companhia"), incluindo a Sociedade em Conta de Participação ("SCP"), detida em conjunto com sua Controladora MLog S.A. ("MLog"), à qual a Columbus Shipping é sócia participante e a MLog sócia ostensiva, em atendimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos Senhores o Relatório de Desempenho e as Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas da Companhia, acompanhados do Relatório do Auditor Independente sobre a Revisão de Informações Trimestrais, todos referentes ao segundo trimestre de 2026, encerrado em 30 de junho de 2026. Todos os valores mencionados neste relatório, referentes às Demonstrações contábeis individuais, são apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Contexto Operacional e Estratégico

A Nova Sociedade de Navegação S.A. ("Companhia" ou "NSN"), cujo nome fantasia foi definido como Columbus Shipping, foi constituída em 2022. Em janeiro de 2023, obteve registro junto a Comissão de Valores Mobiliários como Companhia aberta, na Categoria B. A Columbus Shipping é controlada pela MLog S.A. ("MLog"), que concentra 99,99% de seu capital social. A participação remanescente de 0,01% é detida pela Companhia de Desenvolvimento do Norte Capixaba S.A. ("CDNC"), também controlada integral da MLog.

A Companhia foi constituída com o objetivo de desenvolver oportunidades de negócios na indústria brasileira de óleo e gás, combustíveis líquidos e logística, podendo atuar, inclusive, como plataforma das atividades de navegação do Grupo MLog.

Desde sua constituição, a Companhia tem se dedicado à organização de sua estrutura administrativa, realizando contatos e prospecções comerciais com o intuito de apresentar o Grupo MLog, a holding de Navegação e seus objetivos estratégicos.

Vale destacar que, em julho de 2024, a Companhia obteve junto aos órgãos competentes a outorga como Empresa Brasileira de Navegação (EBN), que permite prestar serviços de apoio marítimo.

Em 2025, a Companhia passou a desenvolver diretamente atividade operacional, realizando o afretamento de uma embarcação de pequeno porte para uma das empresas do Grupo, a Columbus Offshore (ex-ABN).

Criação da Sociedade em Conta de Participação

Em janeiro de 2023, a Companhia e a MLog constituíram, em conjunto, uma Sociedade em Conta de Participação denominada SCP, nos termos do artigo 991 do Código Civil Brasileiro, na qual a MLog é a sócia ostensiva com 99,9% de participação e a Columbus Shipping é a sócia participante, com 0,1%.

A SCP foi constituída como um veículo transitório para reunir todos os bens, direitos e obrigações do segmento de navegação do Grupo MLog, possibilitando demonstrar o desempenho e a evolução de forma consolidada, enquanto a MLog não obtém as anuências formais para que os ativos sejam transferidos para a NSN. O Grupo MLog tem a intenção de consolidar a NSN como sua plataforma de ativos de navegação após a obtenção de todas as anuências e, em seguida, encerrar a SCP.

Os ativos da navegação permanecem de propriedade efetiva da MLog, de forma que estão demonstrados na Columbus Shipping por meio de seu investimento na SCP. Na inexistência de norma contábil específica para Sociedades em Conta de Participação, a Administração exerceu seu melhor julgamento para demonstrar a SCP nos registros da Columbus Shipping e, na impossibilidade de registro de equivalência patrimonial, optou por fazê-lo como investimento ao custo e a distribuição do resultado como contribuição de capital; sendo os números da SCP demonstrados em Nota Explicativa às Informações contábeis intermediárias da Columbus Shipping.

ATIVOS E PASSIVOS REPRESENTADOS SOB A SCP:

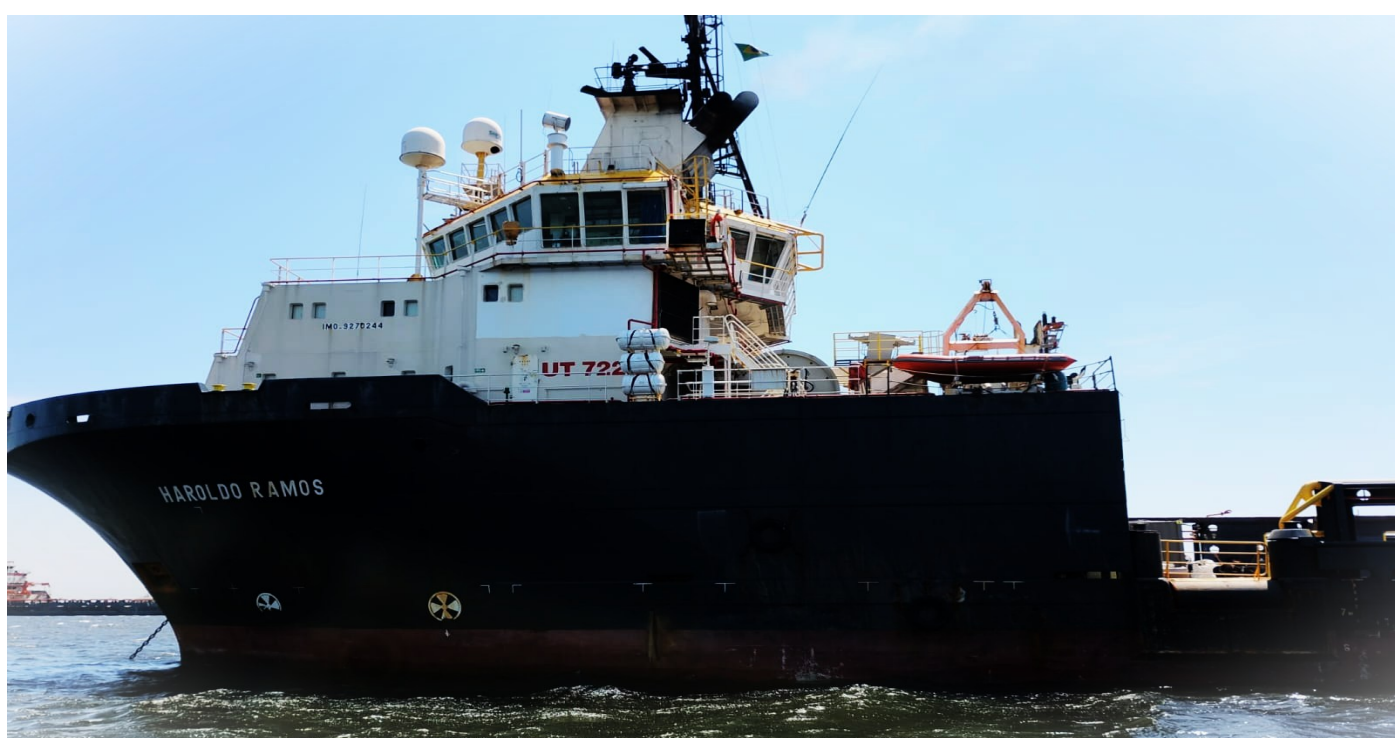
- 100% das ações da Companhia de Navegação da Amazônia ("CNA");
- 100% das ações da Columbus Offshore ("ex-ABN");
- 3 embarcações AHTS (Yvan Barretto, Haroldo Ramos e Geonísio Barroso);
- Dívida originada com a aquisição da CNA;
- Dívida com partes relacionadas; e
- Dívidas com FIDC e demais instituições financeiras, captadas pela MLOG para financiar as recentes docagens das embarcações offshore e suportar a necessidade de capital de giro do Grupo.

Criação da Sociedade em Conta de Participação

A contribuição da Columbus Shipping, em contrapartida aos ativos aportados na SCP por sua sócia ostensiva (MLog), foi de R\$ 5 na forma de obrigação de aquisição de investimento.

A distribuição dos resultados desta SCP, de acordo com o instrumento particular que a rege, se dá na proporção de 99% para a sócia participante (Columbus Shipping) e 1% para a sócia ostensiva (MLog). A distribuição do resultado inversamente proporcional ao capital aportado ocorre por dois motivos:

- A atribuição de 99% do resultado da SCP traduz a dinâmica de agregar a vertical de navegação (apoio offshore e interior) na Columbus Shipping, tendo em vista o seu propósito de atuar como plataforma das atividades de navegação do Grupo MLog, tendo a sua administração voltada para esse fim, sem a influência de qualquer outro segmento de negócios; e
- A MLog controladora única da SCP dado que detém 99,9% de forma direta e controla a Columbus Shipping, detentora dos 0,1% restantes. Dessa forma, para fins de consolidação, a não proporcionalidade da distribuição dos resultados é irrelevante para fins de demonstração consolidada MLog.



A large offshore supply ship, the ABILAND SUPRA, is shown at sea, spraying a large plume of water from its side. The ship is white with red accents and has the letter 'A' on its side.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Columbus Shipping consolida sua estrutura administrativa e de ativos consolidados por meio da Sociedade em Conta de Participação (SCP), que contempla as operações dos segmentos de navegação de apoio marítimo offshore (Columbus Offshore) e de navegação interior (CNA).

A Columbus Offshore enfrentou um cenário desafiador durante a primeira metade do ano. Em que pese os esforços empreendidos, motivos alheios à vontade da Companhia, incluindo os entraves relacionados às peças importadas, resultaram em atrasos no cronograma de reparo das embarcações Geonísio Barroso e Yvan Barretto, que permaneceram em manutenção corretiva durante o primeiro semestre de 2026. Diante desse cenário, em julho de 2026, a Columbus Offshore e a Petrobras acordaram a suspensão temporária dos contratos de afretamento dessas embarcações pelo período de 365 dias e 240 dias, respectivamente. Ficou definido que, ao fim do período de suspensão, os contratos serão restabelecidos e prorrogados pelo prazos correspondentes. Acordou-se, ainda, a possibilidade de redução do período de suspensão, bem como a disponibilização das embarcações para afretamento a terceiros durante esse intervalo.

A CNA continuou apresentando resultados consistentes, com a sistemática take or pay embutida em contratos específicos e de valores relevantes, bem como a maior presença no mercado spot, compensando o menor volume transportado. Os investimentos em expansão da frota, financiados com recursos do AFRMM, tiveram avanços significativos. A construção da balsa petroleira, com capacidade de 4.300 m³, encontra-se em fase de finalização, com 98% de obra concluída. Das quatro balsas graneleiras que estavam em construção (as primeiras da frota de transporte a granel da empresa), três foram entregues em julho de 2026, estando a última com 30% do percentual de obra executados.

Mesmo com a performance positiva da operação interior e o recebimento do reembolso de seguros das embarcações inoperantes, os resultados consolidados do Grupo MLog, controladora da Columbus Shipping, foram pressionados pela inoperância das duas embarcações, em especial no segundo trimestre, resultando no aumento significativo do grau de alavancagem do Grupo. Com esse cenário, medidas de austeridade visando a preservação de liquidez foram reforçadas. O Grupo controlador segue em negociação com os principais credores para readequar o cronograma de amortização das dívidas, alinhando os compromissos financeiros à geração de caixa no curto prazo. Nesse contexto, decidiu-se pelo desinvestimento em ativos não essenciais, efetuando a venda das três balsas graneleiras novas, pelo montante de R\$ 10,8 milhões.

Por fim, cabe ressaltar que os reparos e as substituições de peças do Geonísio Barroso estão em fase final, encontrando-se a embarcação atualmente na área de fundeio, onde estão sendo realizados testes. Quanto ao Yvan Barretto, as intervenções corretivas continuam. O Grupo MLog está envidando seus melhores esforços para recolocar essas embarcações em serviço, tão logo que estiverem aptas a operar, prospectando potenciais demandas no mercado spot.

DESTAQUES 2T 2026

Nas seções a seguir serão reportados os principais resultados operacionais e financeiros alcançados pelos ativos aportados na SCP.

Offshore

- ◇ A taxa de operacionalidade da frota recuou no 2T26 para 49,6%, -7,1p.p. t/t, em razão da continuidade de inoperância dos AHTS Geonisio Barroso e Yvan Barretto, que permaneceram em reparo durante todo o trimestre. As demais embarcações, o AHTS Haroldo Ramos e o OSRV Asgaard Sophia, mantiveram elevada performance, com índice de operacionalidade médio em torno de 99,2% no período. Na comparação anual, a queda é mais acentuada (-31,8p.p) devido ao fato de que as quatro embarcações estavam em operação no 2T25.
- ◇ A receita líquida totalizou R\$ 21,8 milhões no 2T26, queda de 46,4% a/a e 28,9% abaixo do 1T26. A inoperância dos AHTS Geonisio Barroso e Yvan Barretto, que permaneceram em reparo durante todo o trimestre, e o período de docagem especial do OSRV Asgaard Sophia iniciada em maio (com duração de 43 dias) foram os detratores da receita no período.
- ◇ Cabe ressaltar o recebimento de reembolsos de seguros relacionados às coberturas de 'lucros cessantes' e 'casco e máquinas', no montante R\$ 7,9 milhões no 2T26.

Interior

- ◇ O volume transportado de graneis líquidos totalizou 143 mil m³ no 2T26, queda de 32,5% na comparação anual e 26,6% abaixo do primeiro trimestre do ano, refletindo a menor demanda por parte de um cliente cativo que tem intensificado a utilização de frota própria (navios) para escoamento de sua produção.
- ◇ A receita líquida total alcançou R\$ 16,6 milhões no 2T26, queda anual de 9,1%, porém representando um crescimento de 9,4% na comparação trimestral. Em relação a receita, os seguintes fatores compensaram o impacto da redução do volume de graneis líquidos transportados: i) Ganho oriundo de operações spot, que totalizou R\$1,1 milhão; ii) Sistemática de take or pay estabelecida em contratos específicos e de valores relevantes, no montante de R\$ 1,2 milhão; iii) Maior tarifa média em função do mix de rotas

A Columbus Shipping incorre em despesas de estrutura administrativa que são compartilhadas com outras empresas do grupo, gerando um recebível pelo reembolso proveniente deste compartilhamento. Esse recebível é convertido em nota promissória que poderá ser compensada com outras despesas, as quais as empresas do Grupo arcam e a Columbus Shipping reembolsa. Com base nas informações individuais da Companhia, as despesas operacionais alcançaram R\$3.498 no 2T26.

COLUMBUS OFFSHORE

2T **NAVEGAÇÃO**
2026 **OFFSHORE (*)**



** Columbus Offshore é a nova
denominação social da ABN.*

DESTAQUES OPERACIONAIS

Um dos investimentos da SCP, Columbus Offshore (ex-ABN) opera uma frota de quatro embarcações, sendo três AHTS e um OSRV de propriedade do Grupo.

OPERACIONALIDADE

A taxa de operacionalidade da frota recuou no segundo trimestre de 2026 para 49,6%, queda de 7,1p.p. na comparação trimestral, em razão da continuidade de inoperância dos AHTS Geonísio Barroso e Yvan Barretto, que permaneceram em reparo durante todo o trimestre. As demais embarcações da operação offshore, o AHTS Haroldo Ramos e o OSRV Asgaard Sophia, mantiveram elevada performance, com índice de operacionalidade médio em torno de 99,2% no período. Na comparação anual, a queda é mais acentuada (-31,8p.p), devido ao fato de que as quatro embarcações estavam em operação no segundo trimestre de 2025.

No acumulado do ano, a queda da operacionalidade (-36,6p.p.) reflete as intercorrências mecânicas das embarcações Geonísio Barroso e Yvan Barretto, que permaneceram inoperantes durante o primeiro semestre de 2026.

RECEITA LÍQUIDA

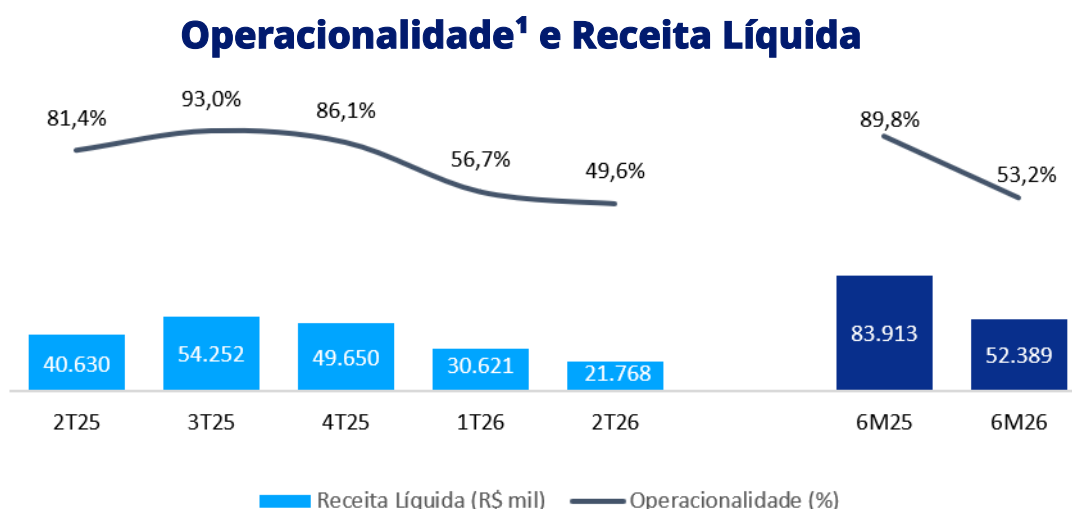
A receita líquida da operação offshore totalizou R\$ 21,8 milhões no segundo trimestre de 2026, queda de 46,4% na comparação anual e 28,9% abaixo do 1T26. Os seguintes fatores foram os detratores de receita no trimestre:

Das quatro embarcações, duas ficaram fora de operação (AHTS Geonísio Barroso e Yvan Barretto), permanecendo em reparo durante todo o trimestre;

Docagem especial do OSRV Asgaard Sophia iniciada em maio, com duração de 43 dias, retornando à plena operação em 22 de junho de 2026.

No acumulado do ano, a receita líquida alcançou R\$ 52,4 milhões, queda anual de 37,6%.

Todavia, cabe ressaltar o recebimento de reembolso de lucros cessantes referentes às embarcações que sofreram intercorrências mecânicas, no montante R\$ 9,7 milhões, contabilizadas como outras receitas operacionais, ao longo do primeiro semestre do ano.



¹ Cálculo da Operacionalidade não considera parada para docagem ou readequação da embarcação para novos contratos.

AHTS Geonisio Barroso e Yvan Barretto

Em razão das intercorrências mecânicas, os AHTS Geonisio Barroso e Yvan Barretto encontravam-se inoperantes desde 21 de dezembro de 2025 e 30 de janeiro de 2026, respectivamente. Apesar dos esforços empreendidos para o restabelecimento operacional dessas embarcações, fatores alheios à vontade da Companhia, incluindo entraves relacionados ao fornecimento de peças importadas, resultaram em atrasos no cronograma de reparos.

Todavia, cabe ressaltar que os reparos e as substituições de peças do Geonisio Barroso estão em fase final, encontrando-se a embarcação atualmente na área de fundeio, onde estão sendo realizados testes. Em relação ao Yvan Barretto, os reparos seguem em andamento.

Backlog atual de Contratos

O backlog representa o saldo de dias remanescentes dos contratos valorados pelas diárias acordadas para cada embarcação. Sua realização, porém, dependente diretamente da performance operacional das embarcações e da variação das taxas de câmbio. Ressalta-se ainda que a totalidade dos contratos da operação offshore foram celebrados com a Petrobras.

É importante informar que, em julho de 2026, a Columbus Offshore e a Petrobras acordaram a suspensão da vigência contratual das embarcação Geonisio Barroso pelo período de 365 dias e, em relação à embarcação Yvan Barretto, pelo período de 240 dias. Todavia, ao término do período de suspensão acordado, a Petrobras comprometeu-se a restabelecer automaticamente a vigência e a execução dos respectivos contratos, acrescendo ao prazo remanescente de cada instrumento contratual período equivalente ao da suspensão. Informações complementares sobre a suspensão estão disponíveis na seção “Eventos Subsequentes” deste relatório.

O backlog da operação de navegação de apoio marítimo offshore era de R\$ 598 milhões, em junho de 2026, com perspectiva de realização dessa carteira em um horizonte de aproximadamente quatro anos, já considerando a postergação da realização dos contratos, por ora, suspensos, mencionados anteriormente.

Embarcação	Tipo Embarcação	Início do Contrato	Término do Contrato Firme ¹	Backlog (R\$ 000) ²
Haroldo Ramos	AHTS	set-23	set-27	84.166
Asgaard Sophia	OSRV	dez-24	jan-29	134.734
Geonisio Barroso ³	AHTS	abr-25	mai-30	189.731
Yvan Barretto ³	AHTS	mai-25	jan-30	189.909
Total				598.541

¹ O período firme de contrato equivale ao prazo mínimo garantido. Nossos contratos incluem períodos adicionais de renovação em caso de acordo mútuo entre as partes, não considerados no Backlog, exceto quando formalmente solicitados pelo Cliente.

² O valor do backlog considera a taxa de câmbio de fechamento em 30 junho de 2026, de R\$5,1766.

³ Embarcações com contratos suspensos temporariamente. Período de suspensão acrescido ao prazo final do instrumento contratual.

DOCAGEM ESPECIAL

OSRV Asgaard Sophia



A Docagem especial é um procedimento obrigatório para Renovação de Classe da embarcação, realizado a cada cinco anos, em conformidade com os requisitos estabelecidos pelas sociedades classificadoras e pela legislação marítima aplicável, garantindo a manutenção das certificações estatutárias e de classe. A docagem visa preservar ainda a integridade estrutural da embarcação, assegurando os padrões de segurança operacional, contribuindo para a otimização do seu desempenho ao longo do ciclo de operação.

Nesse contexto, em maio de 2026, foi iniciada a Docagem Especial do OSRV Asgaard Sophia, com a duração aproximada de quarenta e três dias. Durante esse período, foram executadas inspeções, manutenções, reparos e melhorias, que demandaram investimentos da ordem de R\$ 10 milhões e contemplaram, entre outras, as seguintes atividades:

- Inspeção, limpeza e tratamento do casco da embarcação;
- Revitalização completa da pintura interna e externa, incluindo a aplicação de sistemas de proteção anticorrosiva;
- Manutenção preventiva e corretiva em equipamentos críticos, incluindo motores principais, propulsores laterais e azimutais, barreiras de oil recovery e demais sistemas essenciais à operação;
- Inspeções, testes e manutenção dos sistemas de segurança, combate a incêndio e salvatagem, assegurando plena conformidade com os requisitos regulamentares.

Durante o período de docagem, o contrato da embarcação permaneceu temporariamente suspenso, com a embarcação retornando à plena atividade em 22 de junho de 2026, após realização das inspeções, testes de comissionamento, provas de mar e vistorias de aceitação pelo cliente.



PRINCIPAIS TIPOS DE EMBARCAÇÕES OFFSHORE

Platform Supply Vessel (PSV), embarcações capazes de transportar cargas líquidas e sólidas entre a costa e as plataformas e vice-versa.

ROV Supply Vessel (RSV), embarcações especializadas ou preparadas para operação de um ou mais ROV (Remote Operate Vehicle).

Multi-purpose Platform Supply Vessel (MPSV), embarcações multipropósito, capazes de transportar cargas líquidas e sólidas, capacidade de acomodação de pessoal acima dos PSVs, além da capacidade de outras operações, incluindo ROVs.

Anchor Handling Tug Supply (AHTS), embarcações capazes de ancorar e rebocar plataformas, guindastes e outras embarcações.

Oil Spill Response Vessel (OSRV), embarcações que contam com equipamentos de combate a incêndio e recolhimento de óleo no mar.

Well Stimulation Supply Vessel (WSSV), embarcações cujos equipamentos são capazes de intervir e estimular poços de petróleo, visando a melhora da recuperação de óleo.

Dive Support Vessel (DSV), embarcações equipadas para atividades que envolvam mergulhadores.

Construction Support Vessel (CSV), embarcações equipadas para atividades de construção e instalação submarinas, geralmente incluindo utilização de ROV e de mergulhadores.

OVERVIEW REGULATÓRIO DO MERCADO BRASILEIRO

Empresa Brasileira de Navegação (EBN) é uma entidade autorizada pelos órgãos reguladores (ANTAQ) a operar em atividades de navegação no Brasil. Para ser uma EBN, a empresa precisa ser brasileira (mesmo que seu capital seja detido por estrangeiros) e possuir ao menos uma embarcação de bandeira brasileira operando regularmente.

Registro Especial Brasileiro (REB) é um regime exclusivo a embarcações de bandeira brasileira, operadas por empresas brasileiras de navegação. Podem ser registradas no REB, embarcações construídas no Brasil, importadas (com devido pagamento dos impostos) ou estrangeiras, com suspensão temporária da bandeira original. Neste último caso, o registro depende da disponibilidade de tonelagem de embarcações brasileiras pela EBN operadora (Artigo 10 da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997).

PRINCIPAIS TIPOS DE AFRETAMENTO

Afretamento a casco nu (ou bareboat): afretador tem a posse, o uso e o controle da embarcação;

Afretamento por tempo (ou time charter): afretador recebe a embarcação armada e tripulada, ou parte dela, para operá-la.

A photograph of a CNA ferry boat on a wide river. The ferry is white with green and yellow accents and has the CNA logo on its upper deck. In the background, a large cable-stayed bridge with multiple concrete piers spans the river under a clear blue sky. The water is a deep brown color.

COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA

CNA: NAVEGAÇÃO
INTERIOR E
CABOTAGEM

2T
2026

DESTAQUES OPERACIONAIS



A CNA, um dos investimentos da SCP, opera uma frota de 20 balsas e 12 empurradores (próprios).

Volume Transportado ¹

O volume transportado de graneis líquidos totalizou 143 mil m³ no 2T26, queda de 32,5% na comparação anual e 26,6% abaixo do primeiro trimestre do ano, refletindo a menor demanda por parte de um cliente cativo que tem intensificado a utilização de frota própria (navios) para escoamento de sua produção.

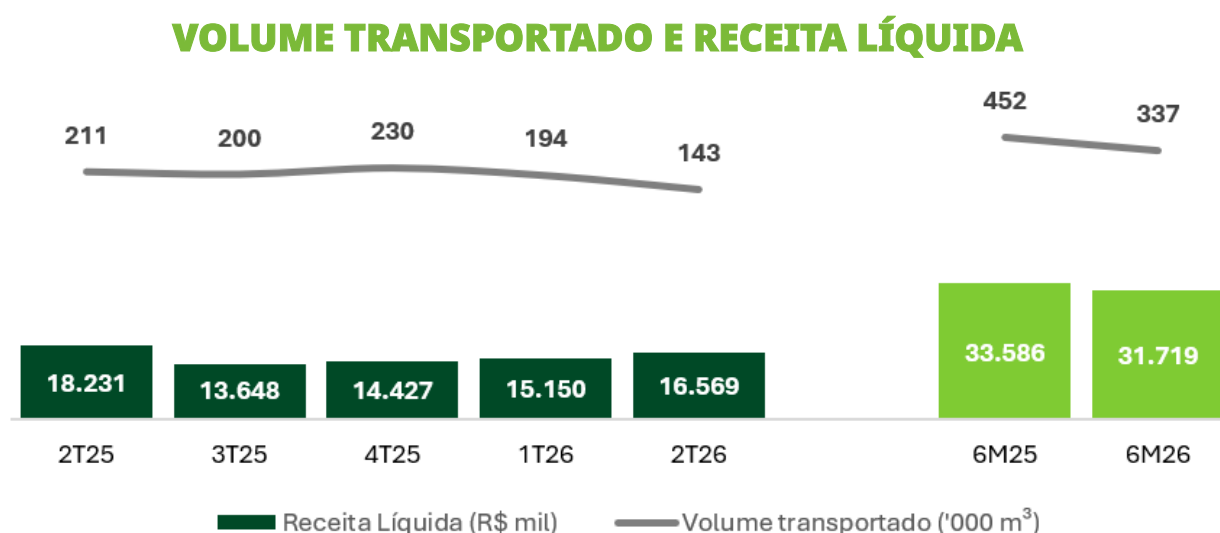
Nos primeiros seis meses de 2026, foram transportados 337 mil m³ de graneis líquidos, volume 25,4% inferior ao do mesmo período de 2025, refletindo os fatores mencionados anteriormente, bem como o redimensionamento da frota, tendo operado com o menor número de balsas.

Receita Líquida²

A receita líquida total alcançou R\$ 16,6 milhões no 2T26, queda anual de 9,1%, porém representando um crescimento de 9,4% na comparação trimestral. Os fatores abaixo compensaram o impacto da redução do volume de graneis líquidos transportados no período:

- Receita oriunda de operações spot, bem como afretamento de um equipamento a casco nu, no valor total de R\$1,1 milhão;
- Sistemática de take or pay estabelecida em contratos específicos e de valores relevantes, que resultou em uma receita adicional de R\$ 1,2 milhão;
- Maior tarifa média no período em função do mix de rotas.

No primeiro semestre de 2026, foi registrado uma receita líquida de R\$ 31,7 milhões, uma redução anual de 5,6%. Vale ressaltar que a receita do mesmo período do anterior incluía a atividade de bunkering, que gerou um faturamento de R\$ 1,9 milhão, no período. Excluindo a receita dessa atividade, encerrada em 2025, a receita total da CNA teria sido flat no período



¹ Graneis líquidos transportados: Petróleo & derivados, bem como biocombustíveis.

² Receita gerencial líquida considerando efeito de corte contábil e eliminando valores recebidos intercompany.

ADICIONAL DE FRETE PARA RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE (“AFRMM”)

Parte importante do resultado da CNA é o Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (“AFRMM”). O Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) foi instituído pelo Decreto-Lei nº 2.404, de 23 de dezembro de 1987, regulamentado pela Lei nº 10.893/2004, com alterações posteriores, inclusive pelas Leis nº 12.599/2012, nº 13.478/2017, nº 14.301/2022 (BR do Mar) e 14.789/2023.

O AFRMM é um tributo federal incidente sobre o frete marítimo, que tem como objetivo o apoio ao desenvolvimento da marinha mercante e da indústria de construção e reparação naval brasileiras, e constitui fonte básica do Fundo da Marinha Mercante (“FMM”). As alíquotas do AFRMM variam de acordo com o tipo de produto, transporte e região de origem ou destino. Na atividade de transporte fluvial de granéis líquidos na região Norte, a alíquota incidente de AFRMM é de 40% sobre o preço do frete. O adicional de frete gerado pelos serviços prestados pela CNA é posteriormente creditado em uma conta vinculada da empresa junto ao Banco do Brasil.

A Lei nº 14.301, de 7 de janeiro de 2022 (BR do Mar) estabeleceu um novo marco regulatório para a cabotagem no Brasil, com diferentes inovações e alternativas de atuação dentro do setor de navegação. Algumas das mais relevantes alterações da BR do Mar estão relacionadas aos procedimentos e regras para utilização dos recursos arrecadados pelo AFRMM.

Por um lado, tornaram-se mais restritas as possibilidades de utilização de recursos financeiros do AFRMM em aquisições ou construções de embarcações, sendo que os créditos poderão ser utilizados para aquisições ou construções de embarcações do mesmo tipo de navegação que originou os recursos financeiros de AFRMM depositados na conta vinculada da Empresa Brasileira de Navegação (“EBN”).

Mas por outro lado, a Lei da Cabotagem passa a permitir novas possibilidades de utilização dos recursos do AFRMM, como (i) serviços de manutenção e revisão por empresas especializadas, possibilidade que antes era restrita a estaleiros; (ii) reembolsos anuais dos valores relativos a seguros e resseguros contratados para cobertura de cascos e máquinas de embarcações próprias ou afretadas; (iii) pagamento de afretamentos, dentre outros.

ADICIONAL DE FRETE PARA RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE ("AFRMM")

Assim sendo, das possibilidades disponíveis para que a CNA se utilize dos recursos arrecadados pelo AFRMM, elencamos as seguintes:

- i) para construção ou aquisição de embarcações novas, produzidas em estaleiros brasileiros;
- ii) para jumborização, conversão, modernização, docagem, manutenção, revisão e reparação de embarcação própria ou afretada, inclusive para aquisição e/ou instalação de equipamentos, nacionais ou importados, quando realizada por estaleiro ou empresa especializada brasileira, sendo responsabilidade da empresa proprietária ou afretadora adquirir e contratar os serviços;
- iii) para pagamento do valor total do afretamento de embarcações utilizadas, desde que tal embarcação seja de propriedade de uma empresa brasileira de investimento na navegação e tenha sido construída no País;
- iv) para manutenção, em todas as suas categorias, realizada por estaleiro brasileiro, por empresa especializada ou pela empresa proprietária ou afretadora, em embarcação própria ou afretada;
- v) para garantia à construção de embarcação em estaleiro brasileiro; e
- vi) para reembolso anual dos valores pagos a título de prêmio e encargos de seguro e resseguro contratados para cobertura de cascos e máquinas de embarcações próprias ou afretadas.

Os procedimentos para utilização dos recursos para os itens (i), (ii), (iv) e (vi) estão operacionais por parte do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, agente financeiro responsável por autorizar a movimentação de contas vinculadas. Vale ressaltar que o item (vi) foi recentemente regulamentado, representando assim um novo canal de possibilidade de utilização dos recursos arrecadados pelo AFRMM. A CNA protocolou o pedido de reembolso do seguro casco & máquina e, atualmente, segue em tratativas junto ao órgão competente. A Companhia aguarda a regulamentação dos demais itens para então avaliar o impacto total trazido pela Lei nº 14.301 tanto no que se constituiu como restrição — especialmente a impossibilidade de utilização dos créditos por coligadas em navegação diversa da geradora do recurso — quanto nas suas adições.

CONTABILIZAÇÃO DO AFRMM— CPC 07 (IAS 20)

A contabilização do AFRMM segue as regras do CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais (IAS 20). Quando o serviço de frete é finalizado, o valor a receber de AFRMM é reconhecido simultaneamente no ativo não circulante e no passivo não circulante, como receita diferida, não impactando, no momento inicial, o resultado da CNA. Atualmente, em um prazo médio de 150 dias, este crédito do AFRMM é depositado na conta vinculada da CNA junto ao Banco do Brasil. Neste momento o AFRMM passa a estar disponível para uso conforme o permitido.

Quando o AFRMM é utilizado, o passivo não circulante que foi contrapartida de seu lançamento e a receita passam a ser afetados como segue:

Se a companhia utiliza R\$100 para a compra de uma embarcação que será depreciada em 20 anos, seu balanço passará a indicar no imobilizado o valor inicial de R\$100 e o passivo continuará apresentando valor também de R\$100 como receita diferida de AFRMM.

Depois do primeiro ano de uso da embarcação, o ativo imobilizado indicará R\$95 (R\$100 – R\$5 de depreciação). O passivo será também reduzido no mesmo montante da depreciação, passando a marcar R\$95. Em contrapartida à esta redução do passivo não circulante, será lançado no resultado o valor de R\$5 como Receitas de Subvenção - AFRMM.

Ou seja, embora o efeito caixa da utilização do AFRMM ocorra em aproximadamente 30 meses e sua utilização não gere um passivo financeiro para a companhia, o lançamento dos valores deste benefício econômico se dá, contabilmente, ao longo da vida útil do ativo.





NAVEGAÇÃO

OFFSHORE E INTERIOR

PERFORMANCE

FINANCEIRA 2T 2026

Resultado 2T 2026 (3 meses)	Columbus Shipping	SCP Consolidada ¹	Navegação
Receita Líquida	41	38.612	38.653
(-) Custo dos Serviços e Produtos sem Depreciação	-	(41.994)	(41.994)
(-) Despesas Operacionais sem Depreciação	(2.132)	(4.912)	(7.044)
(+/-) Outras Receitas e Despesas Operacionais	(1.364)	8.420	7.056
EBITDA²	(3.455)	126	(3.329)
(+) Novo AFRMM Gerado	-	6.619	6.619
(-) Receita de AFRMM (CPC07/IAS20)	-	(4.465)	(4.465)
(+/-) Não Recorrente	1.364	311	1.675
EBITDA Ajustado²	(2.091)	2.591	500
Depreciação/Amortização	(26)	(15.866)	(15.892)
(-) Novo AFRMM Gerado	-	(6.619)	(6.619)
Receitas Financeiras	168	1.101	1.269
Despesas Financeiras	(1.765)	(19.757)	(21.522)
Variações cambiais	-	47	47
(+) Receita de AFRMM (CPC07/IAS20)	-	4.465	4.465
(+/-) Não Recorrente	(1.364)	(311)	(1.675)
Imposto de Renda & Contribuição Social	-	(799)	(799)
Resultado Líquido	(5.078)	(35.148)	(40.226)

1 - SCP Consolidada demonstra o resultado dos ativos e passivos reunidos sob a SCP.

2- Métrica de EBITDA não revisada pelos auditores independentes.

PERFORMANCE FINANCEIRA

NAVEGAÇÃO

NAVEGAÇÃO	2T26	2T25	Δ a/a	1T26	Δ t/t	1S26	1S25	Δ a/a
Receita Líquida	38.653	58.860	-34,3%	45.455	-15,0%	84.108	117.498	-28,4%
(-) Custo dos Serviços e Produtos sem Depreciação	(41.994)	(38.265)	+9,7%	(41.018)	+2,4%	(83.012)	(76.110)	+9,1%
(-) Despesas Operacionais sem Depreciação	(7.044)	(9.192)	-23,4%	(7.212)	-2,3%	(14.256)	(16.379)	-13,0%
(+/-) Outras Receitas e Despesas Operacionais ³	7.056	20.802	-66,1%	13.420	-47,4%	20.746	26.866	-23,8%
EBITDA²	(3.329)	32.205	-110,3%	10.645	-131,3%	7.316	51.875	-85,9%
(+) Novo AFRMM Gerado	6.619	6.960	-4,9%	6.457	+2,5%	13.076	13.911	-6,0%
(-) Receita de AFRMM (CPC07/IAS20)	(4.465)	(4.508)	-1,0%	(4.924)	-9,3%	(9.389)	(9.649)	-2,7%
(+/-) Não Recorrente	1.675	(8.654)	-	(2.877)	-	(1.202)	(9.577)	-87,4%
EBITDA Ajustado²	500	26.003	-98,1%	9.301	-94,6%	9.801	46.560	-78,9%
Depreciação/Amortização	(15.892)	(10.450)	+52,1%	(12.618)	+25,9%	(28.510)	(22.405)	+27,2%
(-) Novo AFRMM Gerado	(6.619)	(6.960)	-4,9%	(6.457)	+2,5%	(13.076)	(13.911)	-6,0%
Receitas Financeiras	1.269	(1.851)	-	1.790	-29,1%	3.059	1.558	+96,3%
Despesas Financeiras	(21.522)	(5.591)	+284,9%	(11.379)	+89,1%	(32.901)	(16.527)	+99,1%
Variações cambiais	47	(371)	-	402	-88,3%	449	919	-51,1%
(+) Receita de AFRMM (CPC07/IAS20)	4.465	4.508	-1,0%	4.924	-9,3%	9.389	9.649	-2,7%
(+/-) Não Recorrente	(1.675)	8.654	-119,4%	2.877	-158,2%	1.202	9.577	-87,4%
Imposto de Renda & Contribuição Social	(799)	(4.347)	-81,6%	(953)	-16,2%	(1.752)	(4.763)	-63,2%
Resultado Líquido	(40.226)	9.595	-519,2%	(12.113)	+232,1%	(52.339)	10.657	-591,1%

¹ SCP Consolidada demonstra o resultado dos ativos e passivos reunidos sob a SCP.

² Métrica de EBITDA não revisada pelos auditores independentes.

CONTINUIDADE OPERACIONAL

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional. Nesse contexto, a Administração avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando e de cumprir suas obrigações financeiras no curso normal de seus negócios, considerando sua estrutura operacional e financeira, bem como a dependência em relação aos resultados e a capacidade financeira do Grupo MLog.

A Companhia está inserida em um grupo econômico cuja estratégia financeira e operacional é conduzida de forma integrada. Dessa forma, sua capacidade de geração de caixa e de cumprimento de obrigações depende dos resultados gerados pelas demais empresas do Grupo, bem como da capacidade destas de prover os recursos necessários para suportar suas necessidades operacionais e financeiras.

Em 30 de junho de 2026, as informações contábeis intermediárias da Companhia refletem passivos circulantes superiores aos ativos circulantes em R\$ 22.439. Adicionalmente, refletem prejuízos acumulados de R\$ 39.707 (R\$ 31.349, em 31 de dezembro de 2025) e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$ 27.700 (passivo a descoberto de R\$ 19.342, em 31 de dezembro de 2025).

Os prejuízos acumulados decorrem da fase em que a Companhia não exercia atividade operacional, bem como do ainda incipiente nível de receitas gerado a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Até que seja capaz de gerar caixa suficiente para honrar seus custos e despesas, a Companhia conta com o apoio financeiro das empresas ligadas, tais como a Columbus Offshore e a CNA.

Durante o segundo trimestre de 2026, a pressão sobre a liquidez do Grupo MLog foi intensificada tanto pela continuidade dos gastos com reparo e manutenção das embarcações offshore Geonísio Barroso e Yvan Barretto, quanto pela realização da docagem especial do OSRV Asgaard Sophia. Importa destacar que tais ocorrências possuem caráter não recorrente e vêm sendo gradualmente tratadas pela Companhia.

Ressalta-se ainda que a Columbus Offshore e a Petrobras acordaram a suspensão temporária da vigência dos contratos das embarcações Geonísio Barroso e Yvan Barretto pelo período de 365 dias e 240 dias, respectivamente, com o comprometimento de reestabelecimento automático da vigência e de execução dos respectivos contratos, acrescendo ao prazo remanescente de cada instrumento contratual período equivalente ao da suspensão. Vale destacar que, em momento algum, houve qualquer tipo de penalização contratual.

No âmbito do Grupo, a controladora MLog tem avançado na renegociação das condições de determinados empréstimos e financiamentos com o objetivo de adequar o perfil do serviço de seus compromissos financeiros ao fluxo de caixa gerado pelas operações. Em paralelo, também vem implementando iniciativas destinadas ao fortalecimento da liquidez do Grupo. Tais iniciativas incluem, mas não se limitam, à otimização da geração de caixa proveniente das atividades de navegação, à conversão de créditos de AFRMM em caixa livre por parte da CNA, à alienação de ativos não essenciais e à avaliação de alternativas para captação de recursos adicionais. A Administração entende que essas iniciativas contribuirão para a manutenção da capacidade financeira do Grupo e para suportar as necessidades financeiras da Companhia.

CONTINUIDADE OPERACIONAL (CONTINUAÇÃO)

Em relação aos passivos financeiros, ainda no âmbito do Grupo, a Administração destaca que as obrigações atualmente exigíveis vêm sendo regularmente amortizadas ou têm sua exigibilidade temporariamente suspensa em razão dos acordos celebrados com credores. Para suportar as demais obrigações de curto prazo, além das iniciativas acima citadas, a Companhia conta com recursos gerados pelas operações correntes do Grupo. Com a esperada disponibilidade para operação no curto prazo da embarcação Geonísio Barroso, a Administração está prospectando potenciais oportunidades de contratação no mercado spot para esta embarcação, gerando fonte adicional de receita, que será importante para o reequilíbrio da situação de liquidez.

A Administração permanece comprometida com a continuidade de suas atividades e com a implementação de seu plano estratégico, o qual contempla: (i) a execução do plano de negócios com foco na ampliação da geração de caixa operacional; e (ii) a conversão de recursos de AFRMM em caixa livre. Para viabilizar a implementação desse plano, uma série de iniciativas está em vigor, visando: (i) a busca de fontes adicionais de recursos de curto prazo; (ii) a desalavancagem das Companhias, com melhora de sua estrutura de capital; (iii) a otimização de seus custos e despesas; e (iv) a obtenção de recursos junto a terceiros mediante a apresentação de garantias reais sem qualquer tipo de ônus.

Nesse contexto, a Administração tem a expectativa de que a Companhia continuará operando e que as medidas em andamento, tanto no âmbito da Companhia quanto no âmbito do Grupo, deverão ser suficientes para suportar as necessidades operacionais, financeiras e de investimentos. Dessa forma, a Administração permanece comprometida com a continuidade das atividades da Companhia e do grupo com a implementação de seu plano estratégico.

Apesar dos avanços obtidos nas renegociações, das medidas implementadas pela Administração e das demais iniciativas vigentes no âmbito do Grupo, os eventos e as condições descritos acima indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Caso o Grupo MLog, o que inclui a Companhia, não obtenham êxito na implementação das ações planejadas e, consequentemente, não consigam continuar operando no curso normal de seus negócios, poderão ocorrer impactos relevantes sobre: (i) a realização dos ativos da Companhia; e (ii) a liquidação de seus passivos financeiros pelos valores atualmente reconhecidos nas informações contábeis intermediárias individuais.

Não obstante as incertezas relevantes, a Administração entende que a Companhia, suportada pelas empresas do Grupo e pelas alternativas disponíveis para obtenção dos recursos necessários ao cumprimento de suas obrigações, mantém a intenção inequívoca de continuar operando, desenvolvendo seus projetos e executando sua estratégia de negócios no futuro previsível.

MERCADOS DE CAPITAIS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Columbus Shipping é uma Companhia aberta de Categoria B, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A formação atual da Administração, sendo representada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria.

O Conselho de Administração da Companhia, reeleito na última Assembleia Geral Ordinária, é composto por três membros, todos com mandato até a próxima Assembleia Geral Ordinária, sendo permitida a reeleição. São atuais membros do Conselho: Luiz Claudio de Souza Alves, Gustavo Barbeito de Vasconcellos Lantimant Lacerda e Luiz Maurício da Silveira Portela.

Em 19 de junho de 2026, o Conselho de Administração elegeu Paulo Guilherme Autran Seidel para o exercício dos cargos de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da NSN. A atual Diretoria é composta ainda por Camila Pinto Barbosa de Oliveira, Diretora Jurídica, eleita em 06 de maio de 2026. O mandato de ambos diretores se encerrará após a realização da próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Cláusula Compromissória

A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho de Administração obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada, ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos das disposições contidas no Estatuto Social, nos acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, na Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários, nos regulamentos da B3 S.A., nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, nas Cláusulas Compromissórias e no Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, conduzida em conformidade com esse último Regulamento.

MERCADOS DE CAPITAIS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

Audidores Independentes

Em atendimento à resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, a Companhia informa que o Conselho de Administração, em reunião realizada em 02 de julho de 2025, aprovou a contratação da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. ("Grant Thornton") para prestar os serviços de auditoria externa relacionados ao exame das demonstrações contábeis da Companhia. Ressalta, ainda, que os auditores independentes supracitados não prestaram, desde a sua contratação, serviços não relacionados à auditoria externa.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2026.

A Administração

Relações com Investidores

Paulo Guilherme Autran Seidel
CFO/IR Officer

Contato

ri@columbus-shipping.com.br
Telefone: +55 21 3248 4800
www.ri.columbus-shipping.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

**Grant Thornton Auditores
Independentes Ltda.**

Praia do Flamengo, 154 - 4º andar,
Flamengo - Rio de Janeiro (RJ) Brasil
T +55 21 3512-4100
www.grantthornton.com.br

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
NSN - Nova Sociedade de Navegação S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Introdução

Fomos contratados para revisar as informações contábeis intermediárias da NSN - Nova Sociedade de Navegação S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos nessa data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Devido à relevância dos assuntos descritos na seção “Base para abstenção de conclusão”, não nos foi possível conduzir nossa revisão de acordo com as referidas normas de revisão de informações intermediárias, com o objetivo de fundamentar nossa conclusão sobre as informações contábeis intermediárias.

Base para abstenção de conclusão

Pressuposto de continuidade operacional – não suportado devido incerteza relevante relacionada à continuidade operacional

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.1 às informações contábeis intermediárias, estas foram preparadas no pressuposto de continuidade operacional. Em 30 de junho de 2026, a Companhia apresentava passivo circulante excedente ao ativo circulante no montante de R\$ 22.439 mil, patrimônio líquido negativo no montante de R\$ 27.700 mil, prejuízo no período no montante de R\$ 8.358 mil, bem como caixa aplicado nas atividades operacionais no montante de R\$ 10.811 mil. A Companhia encontra-se em estágio operacional incipiente e sua geração própria de receitas e de caixa não é suficiente para suportar suas operações e cumprir suas obrigações. Consequentemente, sua continuidade operacional depende do suporte financeiro e operacional de sua controladora, MLog S.A., e de outras entidades integrantes do Grupo MLog. Adicionalmente, parte relevante dos ativos e passivos da Companhia decorre de transações com partes relacionadas, incluindo valores a receber da controladora, enquanto parcela relevante de suas obrigações corresponde a empréstimos e financiamentos e saldos devidos a empresas do Grupo. Adicionalmente, as embarcações Geonísio Barroso e Yvan Barretto encontravam-se paralisadas para a realização de manutenções corretivas. O retorno dessas embarcações à operação e recuperação da geração de caixa dependem de eventos futuros que não estão sob o controle exclusivo da Controladora. Em decorrência desse cenário, a Controladora interrompeu pagamentos de determinados empréstimos e financiamentos e vem renegociando com credores financeiros os prazos e condições de suas obrigações. A continuidade operacional da Controladora depende da conclusão dessas negociações, da retomada das operações das embarcações e da implementação das medidas previstas no plano elaborado pela administração. Esses fatos e circunstâncias indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Em razão dessas incertezas e da impossibilidade de obter evidência apropriada e suficiente que suportasse a utilização do pressuposto de continuidade operacional, não foi possível concluir sobre a adequação de sua utilização na elaboração das informações contábeis intermediárias. Como consequência, não foi possível determinar os eventuais ajustes ou divulgações que poderiam ser necessários e que poderiam afetar de forma relevante e generalizada estas informações contábeis da Companhia, especialmente em relação aos potenciais efeitos desses eventos na realização dos ativos e à liquidação de seus passivos, além das respectivas divulgações.

Abstenção de conclusão

Devido à relevância dos assuntos descritos na seção “Base para abstenção de conclusão”, não nos foi possível obter evidência apropriada e suficiente para fundamentar nossa conclusão sobre essas Informações contábeis intermediárias acima referidas. Consequentemente, não expressamos uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Também fomos contratados para revisar as demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

Entretanto, devido à relevância do assunto descrito na seção “Base para abstenção de conclusão”, não nos foi possível efetuar procedimentos de revisão suficientes que nos permitissem concluir se tomamos conhecimentos de algum fato que nos levasse a acreditar que as demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto. Consequentemente, não expressamos uma conclusão sobre essas demonstrações do valor adicionado.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-025.583/F-2



Rodrigo Souza Fidalgo
Contador CRC 1RJ-115.816/O-5

NSN - Nova Sociedade de Navegação S.A.

Balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	Notas	30/06/2026	31/12/2025
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	1	7.585
Contas a receber de partes relacionadas	6.1	-	-
Outros impostos a recuperar		622	346
Adiantamentos a fornecedores		78	78
Outros créditos		14	4
Total do ativo circulante		715	8.013
Não Circulante			
Aplicação vinculada	4.2	942	5.477
Investimento	5	5	5
Partes relacionadas	6	23.563	23.381
Imobilizado	7	887	939
Total do ativo não circulante		25.397	29.802
Total do ativo		26.112	37.815
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		535	588
Empréstimo e financiamentos	8	20.872	14.945
Obrigações trabalhistas e sociais		538	540
Impostos a recolher	9	1.209	1.322
Total do passivo circulante		23.154	17.395
Passivo não circulante			
Empréstimo e financiamentos	8	5.602	12.439
Partes relacionadas	6	19.232	22.864
Obrigações na aquisição de investimento		5	5
Impostos a recolher	9	3.164	3.163
Provisão operacional		2.655	1.291
Total do passivo		30.658	39.762
Patrimônio Líquido	10		
Capital social		12.007	12.007
Prejuízos acumulados		(39.707)	(31.349)
Total do patrimônio líquido		(27.700)	(19.342)
Total do passivo e patrimônio líquido		26.112	37.815

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

NSN – Nova Sociedade de Navegação S.A.**Demonstrações do resultado**

Período de seis meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais, exceto prejuízo por ação)

	Notas	30/06/2026	30/06/2025
Receita líquida de prestação de serviços	11	82	77
Custos dos serviços prestados	11	(52)	(52)
Resultado bruto		30	25
Despesas operacionais			
Despesa com pessoal	12	(3.707)	(3.850)
Serviços de terceiros	13	(264)	(459)
Gerais e administrativas		(180)	(237)
Depreciação e amortização	7	-	-
Tributos		(52)	(190)
Outras despesas operacionais			
Provisões operacionais		(1.364)	-
		(5.567)	(4.736)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(5.537)	(4.711)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		481	985
Despesas financeiras	14	(3.302)	(3.581)
		(2.821)	(2.596)
Prejuízo do período		(8.358)	(7.307)
Prejuízo por ação, básico e diluído – R\$	10	(0,70)	(0,78)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

NSN – Nova Sociedade de Navegação S.A.**Demonstrações do resultado**

Período de três meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais, exceto prejuízo por ação)

		<u>01/04/2026 a 30/06/2026</u>	<u>01/04/2025 a 30/06/2025</u>
Receita líquida de prestação de serviços	11	41	77
Custos dos serviços prestados	11	(26)	(26)
Resultado bruto		15	51
Despesas operacionais			
Despesa pessoal	12	(1.909)	(2.082)
Serviços de terceiros	13	(131)	(211)
Gerais e administrativas		(62)	(127)
Depreciação e amortização	7	-	-
Tributos		(32)	(25)
Outras despesas operacionais			
Provisões operacionais		(1.364)	
		(3.498)	(2.445)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(3.483)	(2.394)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		169	515
Despesas financeiras	14	(1.764)	(1.770)
		(1.595)	(1.255)
Prejuízo do período		(5.078)	(3.649)
Prejuízo por ação, básico e diluído – R\$	10	(0,42)	(0,33)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

NSN – Nova Sociedade de Navegação S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Período de seis meses findos em 30 de junho de 2026 e de 2025

(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2026</u>	<u>31/06/2025</u>
Prejuízo do período	(8.358)	(7.307)
Resultado abrangente do período	<u>(8.358)</u>	<u>(7.307)</u>

Período de três meses findos em 30 de junho de 2026 e de 2025

(Em milhares de reais)

	<u>01/04/2026 a 30/06/2026</u>	<u>01/04/2025 a 30/06/2025</u>
Prejuízo do período	(5.078)	(3.649)
Resultado abrangente do período	<u>(5.078)</u>	<u>(3.649)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

NSN – Nova Sociedade de Navegação S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Período de seis meses findos em 30 de junho de 2026 e de 2025

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2024	12.007	(14.032)	(2.025)
Prejuízo do período	-	(7.307)	(7.307)
Em 30 de junho de 2025	12.007	(21.339)	(9.332)
Em 31 de dezembro de 2025	12.007	(31.349)	(19.342)
Prejuízo do período	-	(8.358)	(8.358)
Em 30 de junho de 2026	12.007	(39.707)	(27.700)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

NSN – Nova Sociedade de Navegação S.A.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Período de seis meses findos em 30 de junho de 2026 e de 2025

(Em milhares de reais)

	Notas	30/06/2026	30/06/2025
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do período		(8.358)	(7.307)
Depreciação e amortização	7	52	52
Juros de empréstimos e financiamentos	8 e 14	2.574	3.018
Provisões operacionais		1.364	-
Juros com partes relacionadas	6	(35)	(111)
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber com partes relacionadas	6.1	-	73
Outros créditos		(10)	
Partes relacionadas liquidadas	6	(3.779)	(5.027)
Adiantamento a fornecedores		-	(6)
Fornecedores		(53)	69
Salários e encargos		(2)	(106)
Impostos a recuperar		(276)	(181)
Impostos a recolher		(112)	883
Outras contas a pagar		-	
Caixa e equivalentes de caixa líquidos antes do pagamento de juros e impostos		(8.635)	(8.643)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	8	(2.176)	(3.018)
Caixa e equivalentes de caixa utilizados nas atividades operacionais		(10.811)	(11.661)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de imobilizado	7	-	-
Caixa e equivalentes de caixa utilizados nas atividades de investimentos		-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de empréstimos e financiamentos	8	(5.308)	(4.733)
Aplicação vinculada	4	4.535	(1.089)
Recursos provenientes de novos empréstimos	8	4.000	10.178
Caixa e equivalentes de caixa provenientes das (utilizados nas) atividades de financiamento		3.227	4.356
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(7.584)	(7.305)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		7.585	12.356
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		1	5.051

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

NSN – Nova Sociedade de Navegação S.A.**Demonstrações do Valor Adicionado**

Período de seis meses findos em 30 de junho de 2026 e de 2025

(Em milhares de reais)

	Notas	30/06/2026	30/06/2025
Receitas			
Receita de contrato com cliente	11	91	98
Insumos adquiridos de terceiros			
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(338)	(661)
Outras despesas operacionais		(1.364)	-
Valor adicionado bruto		(1.611)	(563)
Depreciação e amortização	7 e 11	(52)	(52)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		(1.663)	(615)
Valor adicionado recebido em transferência			
Receita financeira		481	985
Valor adicionado a distribuir		(1.182)	370
Distribuição do valor adicionado pessoal			
Remuneração direta		2.827	2.938
Benefícios	12	616	467
FGTS		67	84
		3.510	3.489
Impostos, taxas e contribuições			
Federal		227	476
Municipal		32	32
		259	508
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros	14	3.302	3.581
Aluguéis		105	99
		3.407	3.680
Remuneração de capitais próprios			
Prejuízo do período atribuível		(8.358)	(7.307)
Distribuição do valor adicionado		(1.182)	370

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2026 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A NSN - Nova Sociedade de Navegação S.A. (“Companhia” ou “NSN”), com sede na Rua Lauro Müller, nº 116, Botafogo, Rio de Janeiro - RJ, CEP nº 22.290-160, cujo nome fantasia foi definido como Columbus Shipping (“Columbus”), foi constituída em 28 de junho de 2022, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro. A Columbus é controlada pela MLog S.A. (“MLog”), que concentra 99,99% de seu capital social. A participação remanescente de 0,01% é detida pela Companhia de Desenvolvimento do Norte Capixaba S.A. (“CDNC”), também controlada integral da MLog.

A Companhia foi constituída com o objetivo de desenvolver oportunidades de negócios na indústria brasileira de óleo e gás, combustíveis líquidos e logística, podendo atuar, inclusive, como plataforma das atividades de navegação do Grupo MLog. O registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), obtido em 16 de janeiro de 2023, na categoria “B”, resultado da solicitação feita em 19 de outubro de 2022, permitirá à Companhia evoluir na avaliação de alternativas de financiamento para suportar o desenvolvimento dessas oportunidades de negócios.

A Administração da Companhia utiliza a estrutura administrativa do Grupo MLog para a realização de suas atividades, incluindo apoio jurídico e sistemas. Além disso, atua na gestão de caixa, centralizando recursos e aplicações financeiras do Grupo.

Em 2 de janeiro de 2023, a Companhia e a Controladora MLog constituíram, em conjunto, uma Sociedade em Conta de Participação (SCP), nos termos do artigo nº 991, do Código Civil, na qual a MLog é a sócia ostensiva com 99,9% de participação e a Companhia é a sócia participante, com 0,1%.

A SCP é regida por um Contrato Particular de Constituição de Sociedade em Conta de Participação (“Contrato de Constituição”). Foi constituída como um veículo transitório para reunir todos os bens, direitos e obrigações do segmento de navegação do Grupo MLog, possibilitando demonstrar o desempenho e evolução de forma consolidada enquanto a MLog não obtém as anuências formais para que os ativos sejam transferidos para a NSN. O Grupo MLog tem a intenção de consolidar a NSN como sua plataforma de ativos de navegação após a obtenção de todas as anuências e, em seguida, encerrar a SCP.

A Controladora MLog já solicitou algumas das anuências necessárias para iniciar a efetiva transferência de ativos e passivos, no entanto, os pedidos permanecem em análise por parte dos anuentes sem qualquer resposta definitiva até o momento.

A SCP é composta de ativos e passivos aportados pelo sócio ostensivo, a MLog, no montante líquido de R\$ 5.000, sendo estes:

- 37.999 ações de emissão da Columbus Offshore S.A. (“Columbus Offshore”, anteriormente denominada “Asgaard Bourbon Navegação S.A. (ABN)”), que correspondem a totalidade do capital social;
- 2.868 ações de emissão da Companhia de Navegação da Amazônia (CNA), que correspondem a totalidade de seu capital social;
- Três embarcações do tipo AHTS denominadas Yvan Barretto, Geonísio Barroso e Haroldo Ramos;
- Dívidas com FIDC e outras instituições financeiras, captadas pela MLog para financiar as recentes docagens das embarcações offshore e suportar a necessidade de capital de giro do Grupo;
- Dívida originada com a aquisição da CNA; e
- Dívidas com partes relacionadas.

A contribuição da NSN na SCP foi de R\$ 5, na forma de obrigação de aquisição de investimento, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 5.

A SCP não tem personalidade jurídica e as suas operações são exercidas exclusivamente pela sócia ostensiva, inclusive a sua representação ativa e passiva, com plenos poderes de representação perante terceiros.

A distribuição dos resultados da SCP, de acordo com o instrumento particular que a rege, se dá na proporção de 99% para a sócia participante (NSN) e 1% para a sócia ostensiva (MLog). Essa proporção inversa de distribuição do resultado em relação ao capital aportado ocorre por dois motivos:

- 1) A atribuição de 99% do resultado da SCP traduz a dinâmica de agregar a vertical de navegação (apoio *offshore* e interior) na NSN, tendo em vista o seu propósito de atuar como plataforma das atividades de navegação do Grupo MLog, tendo a sua administração voltada para esse fim, sem a influência de qualquer outro segmento de negócios; e
- 2) A MLog é Controladora única da SCP, mesmo que de forma indireta, dado que detém 99,9% de forma direta e controla a NSN, detentora da participação restante de 0,1%. Dessa forma, a não proporcionalidade da distribuição dos resultados é irrelevante para fins das informações contábeis intermediárias consolidadas da MLog.

Na Nota Explicativa nº 5, a Companhia divulga as principais informações patrimoniais e de desempenho das atividades de navegação, atualmente reunidas na SCP.

Em 1º de julho de 2024, a Companhia obteve outorga como Empresa Brasileira de Navegação (EBN), que a permite prestar serviços de apoio marítimo. Como passo requerido no processo, a Companhia adquiriu uma embarcação de pequeno porte que opera no apoio marítimo, inicialmente servindo à operação interna da Columbus Offshore, empresa controlada pela MLog, através de um contrato de afretamento entre as partes.

Adicionalmente, enfatizamos que, no período findo em 30 de junho de 2026, não foram identificados indicativos de *impairment* no ativo da NSN.

2 Base de preparação e apresentação das informações contábeis intermediárias

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram elaboradas conforme Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). As informações contábeis intermediárias evidenciam todos os dados relevantes e estão consistentes com os utilizados pela Administração na sua gestão.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas para atualizar os usuários sobre os eventos e transações relevantes ocorridos no período e devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, publicadas em 31 de março de 2026.

A Administração da Companhia, por meio de seu Conselho de Administração, autorizou a divulgação destas informações contábeis intermediárias em 14 de agosto de 2026.

(a) Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado (DVA). As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto das informações contábeis intermediárias.

2.1 Continuidade operacional

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional. Nesse contexto, a Administração avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando e de cumprir suas obrigações financeiras no curso normal de seus negócios, considerando sua estrutura operacional e financeira, bem como a dependência em relação aos resultados e a capacidade financeira do Grupo MLog.

A Companhia está inserida em um grupo econômico cuja estratégia financeira e operacional é conduzida de forma integrada. Dessa forma, sua capacidade de geração de caixa e de cumprimento de obrigações depende dos resultados gerados pelas demais empresas do Grupo, bem como da capacidade destas de prover os recursos necessários para suportar suas necessidades operacionais e financeiras.

Em 30 de junho de 2026, as informações contábeis intermediárias da Companhia refletem passivos circulantes superiores aos ativos circulantes em R\$ 22.439. Adicionalmente, refletem prejuízos acumulados de R\$ 39.707 (R\$ 31.349 em 31 de dezembro de 2025) e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$ 27.700 (passivo a descoberto de R\$ 19.342 em 31 de dezembro de 2025).

Os prejuízos acumulados decorrem da fase em que a Companhia não exercia atividade operacional, bem como do ainda incipiente nível de receitas gerado a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Até que seja capaz de gerar caixa suficiente para honrar seus custos e despesas, a Companhia conta com o apoio financeiro das empresas ligadas, tais como a Columbus Offshore e a CNA.

Durante o segundo trimestre de 2026, a pressão sobre a liquidez do Grupo MLog foi intensificada tanto pela continuidade dos gastos com reparo e manutenção das embarcações offshore Geonísio Barroso e Yvan Barretto, que sofreram intercorrências mecânicas relevantes e permaneceram inoperantes durante todo o período, quanto pela realização da docagem especial do OSRV Asgaard Sophia, procedimento obrigatório para renovação de sua Classe, cuja execução durou quarenta e três dias. Importa destacar que tais ocorrências possuem caráter não recorrente e vêm sendo gradualmente tratadas pela Administração. A embarcação Asgaard Sophia retomou a plena operação em 22 de junho de 2026. Quanto ao Geonísio Barroso, os reparos e as substituições de peças estão em fase final, encontrando-se a embarcação atualmente na área de fundeio, onde estão sendo realizados testes finais. Em relação ao Yvan Barretto, os reparos seguem em andamento.

Em decorrência do extenso prazo de docagem e da indisponibilidade destas duas embarcações (Geonísio Barroso e Yvan Barretto), a Columbus Offshore e a Petrobras acordaram a suspensão da vigência de seus respectivos contratos pelo período de 365 dias e 240 dias, respectivamente. No âmbito deste acordo, a Petrobras comprometeu-se a restabelecer automaticamente a vigência e a execução dos respectivos contratos, acrescendo ao prazo remanescente de cada instrumento contratual período equivalente ao da suspensão. Ficou ainda estabelecida a possibilidade de revisão do período de suspensão, permitindo o retorno das embarcações à operação em data anterior à inicialmente prevista. Vale ainda ressaltar que as embarcações Geonísio Barroso e Yvan Barretto, durante o período de suspensão dos contratos, estão liberadas para operar com outros clientes. Nesse contexto, vale destacar que, em momento algum, houve qualquer tipo de penalização contratual.

No âmbito do Grupo, a controladora MLog tem avançado na renegociação das condições de determinados empréstimos e financiamentos com o objetivo de adequar o perfil do serviço de seus compromissos financeiros ao fluxo de caixa gerado pelas operações. Em paralelo, também vem implementando iniciativas destinadas ao fortalecimento da posição de liquidez do Grupo. Tais iniciativas incluem, mas não se limitam, à otimização da geração de caixa proveniente das atividades de navegação, à conversão de créditos de AFRMM em caixa livre por parte da CNA, à alienação de ativos não essenciais e à avaliação de alternativas para captação de recursos adicionais. A Administração entende que essas iniciativas contribuirão para a manutenção da capacidade financeira do Grupo e, consequentemente, para o suporte às necessidades financeiras da Companhia.

Em relação aos passivos financeiros, ainda no âmbito do Grupo, a Administração destaca que as obrigações atualmente exigíveis vêm sendo regularmente amortizadas ou têm sua exigibilidade temporariamente suspensa em razão dos acordos celebrados com credores. Para suportar as demais obrigações de curto prazo, além das iniciativas acima citadas, a Companhia conta com recursos gerados pelas operações correntes do Grupo. Com a esperada disponibilidade para operação no curto prazo da embarcação Geonísio Barroso, a Administração está prospectando potenciais oportunidades de contratação no mercado spot para esta embarcação, gerando fonte adicional de receita, que será importante para o reequilíbrio da situação de liquidez.

A Administração permanece comprometida com a continuidade de suas atividades e com a implementação de seu plano estratégico, o qual contempla: (i) a execução do plano de negócios com foco na ampliação da geração de caixa operacional; e (ii) a conversão de recursos de AFRMM em caixa livre. Para viabilizar a implementação desse plano, uma série de iniciativas está em vigor, visando: (i) a busca de fontes adicionais de recursos de curto prazo; (ii) a desalavancagem das Companhias, com melhora de sua estrutura de capital; (iii) a otimização de seus custos e despesas; e (iv) a obtenção de recursos junto a terceiros mediante a apresentação de garantias reais sem qualquer tipo de ônus.

Nesse contexto, a Administração tem a expectativa de que a Companhia continuará operando e que as medidas em andamento, tanto no âmbito da Companhia quanto no âmbito do Grupo, deverão ser suficientes para suportar suas necessidades operacionais, financeiras e de investimentos. Dessa forma, a Administração permanece comprometida com a continuidade das atividades da Companhia e do grupo com a implementação de seu plano estratégico.

Apesar dos avanços obtidos nas renegociações, das medidas implementadas pela Administração e das demais iniciativas vigentes no âmbito do Grupo, os eventos e as condições descritos acima indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Caso o Grupo MLog, o que inclui a Companhia, não obtenham êxito na implementação das ações planejadas e, consequentemente, não consigam continuar operando no curso normal de seus negócios, poderão ocorrer impactos relevantes sobre: (i) a realização dos ativos da Companhia; e (ii) a liquidação de seus passivos financeiros pelos valores atualmente reconhecidos nas informações contábeis intermediárias individuais.

Não obstante as incertezas relevantes, a Administração entende que a Companhia, suportada pelas empresas do Grupo e pelas alternativas disponíveis para obtenção dos recursos necessários ao cumprimento de suas obrigações, mantém a intenção inequívoca de continuar operando, desenvolvendo seus projetos e executando sua estratégia de negócios no futuro previsível.

3 Políticas contábeis materiais

3.1. Normas contábeis emitidas ou alteradas recentemente

As novas normas e interpretações de normas que são efetivas para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2026 não tiveram impacto nas informações contábeis da Companhia. A NSN não adotou antecipadamente nenhuma norma, e não espera que outras normas já emitidas e que ainda não estão em vigor gerem impacto material nas informações contábeis de períodos subsequentes.

Normas e emendas a normas		Aplicações obrigatórias com início em ou após:
IFRS 18	Novos requerimentos para apresentação da demonstração do resultado	1º de janeiro de 2027
IFRS 7 e IFRS 9	Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros – Emendas aos IFRS 7 e 9.	1º de janeiro de 2026
IFRS 19	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	1º de janeiro de 2027

3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações contábeis intermediárias estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

4 Caixa e equivalentes de caixa (circulante) e aplicação vinculada (não circulante)

4.1 Caixa e equivalentes de caixa (circulante)

	30/06/2026	31/12/2025
Caixa	1	1
Aplicações financeiras	-	7.584
Circulante (*)	1	7.585

(*) Considerado como caixa e equivalentes de caixa para fins da Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A Companhia define como “Caixa e equivalentes de caixa” os valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos operacionais de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Os saldos em 30 de junho de 2026 e em 31 de dezembro de 2025 se referem aos recursos disponíveis mantidos em caixa e equivalentes de caixa, aplicados em CDBs de instituições de primeira linha, com liquidez diária e rendimentos de, ao menos, 100% do CDI. Nos meses de maio e junho de 2026 o valor em CDB foi utilizado para amortização das parcelas das operações do banco C6.

4.2 Aplicação vinculada (não circulante)

	30/06/2026	31/12/2025
Aplicação vinculada (**)	942	5.477
Não circulante	942	5.477

(**) Vinculada às garantias de empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 8).

5 Investimento

O valor de R\$ 5 na rubrica de investimento corresponde à contribuição de capital da NSN na SCP, por meio de obrigação de aquisição de investimento, estando registrado e mensurado ao custo histórico.

Conforme detalhado na Nota Explicativa nº 1, a SCP foi constituída como um veículo transitório para reunir todos os ativos de navegação do Grupo MLog (apoio *offshore*, navegação interior e navios) e, conseqüentemente, o resultado produzido por estes, enquanto a MLog não obtém as anuências formais que permitam a transferência desses ativos para a NSN.

Apresentamos adiante as informações contábeis intermediárias da SCP, compreendendo o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e a correspondente demonstração de resultado do período findo nessa data, visando demonstrar o segmento de navegação do Grupo MLog. Ressaltamos que a SCP permanecerá consolidada na Controladora MLog até a obtenção das anuências formais necessárias para que a NSN desenvolva efetivamente o seu objeto social.

Para fins de divulgação do segmento de navegação do Grupo MLog, essas informações contábeis consolidadas incluem a própria SCP e as suas controladas CNA e Columbus Offshore, elaboradas com a mesma data-base e práticas contábeis consistentes. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre a SCP e suas controladas são eliminados integralmente nas informações contábeis intermediárias da SCP.

SCP

Balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de R\$

	SCP Individual		SCP Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	5	1.822	13.197
Depósitos de AFRMM em conta vinculada	-	-	14.747	16.021
Contas a receber de clientes	5.940	2.469	11.866	23.399
Adiantamentos a fornecedores	-	-	20.482	12.527
Contas a receber de partes relacionadas	213	-	-	-
AFRMM para liberação	-	-	26.298	20.397
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	-	-	13.166	14.695
Outros impostos a recuperar	-	-	2.518	2.212
Seguros a receber	-	-	11.241	-
Estoques	-	-	336	690
Despesas antecipadas	-	-	4.545	4.165
Outros créditos	-	-	4.689	2.926
Total do ativo circulante	6.158	2.474	111.710	110.229
Não Circulante				
Depósitos Judiciais	-	-	272	230
Outros impostos a recuperar	-	-	7.943	5.986
Retenções contratuais de clientes	-	-	7.082	5.543
Partes relacionadas	165.767	160.932	211.091	287.490
Direitos na transação comercial	-	-	582	674
Outras contas a receber	-	-	104	1.267
Investimentos	197.268	202.301	-	-
Imobilizado	86.540	97.806	244.358	252.090
Intangível	-	-	65.769	65.769
Total do ativo não circulante	449.575	461.039	537.201	619.049
Total do ativo	455.733	463.513	648.911	729.278

SCP

Balanco patrimonial em 31 de março de 2026 e em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de R\$

	SCP		SCP	
	Individual		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante				
Fornecedores	-	-	39.737	36.714
Empréstimos e financiamentos	109.037	47.067	146.165	76.170
Salário e encargos sociais	-	-	14.840	12.454
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	-	2.207	6.680
Outros impostos a recolher	18.392	15.132	52.260	44.463
Provisões para contingências trabalhista e operacionais	-	-	14.519	12.473
Obrigações na aquisição de investimentos	14.519	12.473	19.692	19.032
Outras contas a pagar	4.029	496	11.750	8.822
Total do passivo circulante	145.977	75.168	301.170	216.808
Não circulante				
Fornecedores	-	-	104	909
Empréstimos bancários e financiamentos	36.432	98.708	54.623	119.042
Partes relacionadas	206.511	228.236	55.110	117.400
Outros impostos a recolher	-	-	34.176	31.768
Adiantamentos diversos	-	-	385	687
Subvenções governamentais a apropriar - AFRMM	-	-	212.402	207.997
Obrigações na aquisição de investimentos	31.589	33.371	31.589	33.371
Provisões para passivo a descoberto	58.773	14.283	-	-
Provisões para contingências trabalhista e operacionais	-	-	5.520	2.333
Outros passivos não circulante	-	-	5.875	5.875
Total do passivo não circulante	333.305	374.598	399.784	519.382
Patrimônio Líquido				
Capital social	5.005	5.005	5.005	5.005
Transações com não controladores	-	-	(28.494)	-
Prejuízos acumulados	(28.554)	8.742	(28.554)	8.742
Atribuível à participação dos acionistas controladores	(23.549)	13.747	(52.043)	13.747
Participação de não controladores	-	-	-	(20.659)
Total do patrimônio líquido	(23.549)	13.747	(52.043)	(6.912)
Total do passivo e patrimônio líquido	455.733	463.513	648.911	729.278

Demonstrações do resultado - SCP
Em milhares de R\$

	Individual		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Receita líquida de prestação de serviços	32.523	23.141	84.026	117.421
Custos dos serviços prestados	(13.858)	(14.255)	(111.468)	(98.463)
Resultado bruto	18.665	8.886	(27.442)	18.958
Despesas operacionais				
Despesas com pessoal	-	-	(6.326)	(6.610)
Despesas com serviços prestados	-	-	(697)	(784)
Despesas gerais e administrativas	(105)	(100)	(2.643)	(2.697)
Despesas depreciação e amortização	-	-	(2)	(3)
Despesas tributárias	(9)	(4)	(387)	(1.547)
Outras receitas operacionais				
Equivalência patrimonial de sociedades controladas	(37.088)	19.064	-	-
Subvenção de AFRMM	-	-	9.389	9.789
Outras receitas operacionais, líquidas	212	391	12.451	17.077
	(36.990)	19.351	11.785	15.225
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(18.325)	28.237	(15.657)	34.183
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	-	2.717	2.578	3.289
Despesas financeiras	(18.034)	(8.410)	(29.150)	(14.746)
	(18.034)	(5.693)	(26.572)	(11.457)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(36.359)	22.544	(42.229)	22.726
Imposto de renda e contribuição social				
Diferido	-	-	-	-
Correntes	-	-	(1.752)	(4.763)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(36.359)	22.544	(43.981)	17.963
Lucro (prejuízo) atribuível a:				
Acionistas controladores			(36.359)	22.544
Acionistas não controladores			(7.622)	(1.893)
			(43.981)	20.651

6 Partes relacionadas

	30/06/2026	31/12/2025
Ativo		
Não Circulante		
MLog S.A.	23.563	23.381
Total do ativo não circulante	23.563	23.381
Passivo		
Não Circulante		
Companhia de Navegação da Amazonia (CNA)	9.193	8.496
Columbus Offshore S.A. (Columbus Offshore)	7.698	3.565
Morro do Pilar Minerais S.A. (MOPI)	2.341	10.803
Total do passivo não circulante	19.232	22.864

Receitas (despesas) financeiras período de seis meses:

	<u>30/06/2026</u>	<u>30/06/2025</u>
MLog S.A.	142	139
Columbus Offshore S.A. (Columbus Offshore)	(35)	32
Morro do Pilar Minerais S.A. (MOPI)	(21)	(45)
Companhia de Navegação da Amazonia (CNA)	<u>(51)</u>	<u>(15)</u>
	<u>35</u>	<u>111</u>

Receitas (despesas) financeiras período de três meses:

	<u>01/04/2026 a 30/06/2026</u>	<u>01/04/2025 a 30/06/2025</u>
MLog S.A.	72	70
Columbus Offshore S.A. (Columbus Offshore)	(20)	9
Morro do Pilar Minerais S.A. (MOPI)	(5)	(3)
Companhia de Navegação da Amazonia (CNA)	<u>(27)</u>	<u>(16)</u>
	<u>20</u>	<u>60</u>

A Companhia incorre em despesas de estrutura administrativa que são compartilhadas com as outras empresas do Grupo, gerando um recebível pelo reembolso proveniente deste compartilhamento. Em sequência, esse recebível é convertido em nota promissória, que poderá ser compensada com outras despesas de natureza inversa, as quais empresas do Grupo arcam e a Companhia reembolsa.

Em 2025, a Companhia passou a prestar serviços de apoio marítimo à Columbus Offshore, empresa integrante do Grupo, mediante faturamento mensal. No período findo em 30 de junho de 2026, foi reconhecida receita operacional no montante de R\$ 91, decorrente da prestação desses serviços. Não havia saldo a receber em 30 de junho de 2026, uma vez que os valores foram integralmente liquidados por meio de Nota Promissória entre as partes.

Essa dinâmica decorre da centralização da gestão de caixa das empresas do Grupo para otimizar recursos. Dessa forma há a concentração de caixa na NSN, que realiza a distribuição de recursos para suprir as necessidades das demais Companhias do Grupo, atuando como centralizadora operacional de caixa.

Todas as notas promissórias entre as empresas do Grupo são remuneradas a juros de 0,1% ao mês, sem vencimento estabelecido.

6.1 Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia considera todos os atuais diretores como pessoal-chave da Administração. Em 30 de junho de 2026, a remuneração desses diretores e membros do Conselho de Administração foi de R\$ 3.215 (R\$ 1.955 em 30 de junho de 2025).

A remuneração global da Administração, para o período de 1º de maio de 2026 a 30 de abril de 2027, em até R\$ 5.960, foi aprovada na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2026, conforme previsão orçamentária da Companhia.

7 Imobilizado

Custo		31/12/2025	Adições	30/06/2026
Embarcações		1.113	-	1.113
		1.113	-	1.113
Depreciação	Taxa			
Embarcações	5% a 7%	(174)	(52)	(226)
		(174)	(52)	(226)
Imobilizado líquido		939	(52)	887

Como parte dos esforços para obter a outorga da Companhia como EBN, a NSN adquiriu uma embarcação de pequeno porte voltada para o apoio marítimo. A embarcação é destinada à prestação de serviços ao Grupo, porém não há qualquer vedação à sua utilização em prestação de serviços a terceiros.

8 Empréstimos e financiamentos

Instituição financeira	Tipo	Taxa de juros nominal (a.a.)	Saldo em 31/12/2025	Captação	Juros	Juros pagos	Liquidações	Saldo 30/06/2026	Circulante	Não circulante
C6	Capital de giro	Pós-Fixada	27.384	4.000	2.574	(2.176)	(5.308)	26.474	20.872	5.602
Total			27.384	4.000	2.574	(2.176)	(5.308)	26.474	20.872	5.602

Instituição financeira	Tipo	Taxa de juros nominal (a.a.)	Saldo em 31/12/2024	Captações	Juros incorridos	Juros pagos	Pagamentos de principal	Saldo 31/12/2025	Circulante	Não circulante
C6	Capital de giro	Pós-Fixada (CDI)	28.847	10.176	6.070	(6.070)	(11.639)	27.384	14.945	12.439
Total			28.847	10.176	6.070	(6.070)	(11.639)	27.384	14.945	12.439

Em 28 de outubro de 2024, a Companhia contraiu empréstimos no valor R\$ 30.124, sendo R\$ 25.500 em Notas Comerciais e R\$ 4.624 de empréstimo junto à instituição bancária com prazo de duração de 30 (trinta) meses.

Em 28 de fevereiro de 2025, a Companhia realizou nova captação no valor de R\$ 10.178, sendo R\$ 5.001 em Notas Comerciais e R\$ 5.177 de empréstimo junto à instituição bancária com prazo de duração de 30 (trinta) meses.

Em 06 de março de 2026, a Companhia realizou nova captação de giro de R\$ 4.000 com a instituição financeira com prazo de duração de 17 (dezessete meses).

Os valores em 30 de junho de 2026 estão classificados no passivo circulante, no montante de R\$ 20.872 (R\$ 14.945 em 31 de dezembro de 2025) e no passivo não circulante, no montante de R\$ 5.602 (R\$ 12.439 em 31 de dezembro de 2025). Essas captações têm como garantia recebíveis da empresa ligada Columbus Offshore em contrato de longo prazo da embarcação Haroldo Ramos com a Petrobras, com cobertura significativamente superior ao seu montante e sem *covenants* financeiros.

Apenas a captação efetuada em 28 de outubro obriga a manutenção de valor referente a 20% (vinte por cento) do montante devido em conta garantia (aplicação vinculada de R\$ 942 em 30 de junho de 2026 e de R\$ 5.477 em 31 de dezembro de 2025, conforme Nota Explicativa nº 4.2), utilizamos parte para liquidar as parcelas.

Essas captações de recursos têm como propósito custear docagens e adequações de embarcações operadas pela Columbus Offshore.

O cronograma de amortização dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	31/03/2026	31/12/2025
2026	12.084	14.945
2027	10.569	12.439
	22.653	27.384

9 Impostos a recolher

	30/06/2026	31/12/2025
Imposto de renda retido	43	155
Impostos parcelados	1.039	878
Outros impostos retidos	127	289
Passivo Circulante	1.209	1.322
Impostos parcelados	3.164	3.163
Passivo Não circulante	3.164	3.163
Total	4.373	4.485

Os parcelamentos de imposto de renda e de INSS retidos serão pagos em até 60 (sessenta) parcelas, conforme autorizações fiscais vigentes, e estão segregadas com base no seu vencimento contratual em curto prazo (até 12 meses) e longo prazo (acima de 12 meses).

10 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social em 30 de junho de 2026 e em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 12.007, representado por 12.007.000 (doze milhões e sete mil) ações ordinárias normativas e sem valor nominal, todas pertencentes à Controladora MLog.

Distribuição de lucros

Do lucro líquido apurado na demonstração do resultado do período, aplicam-se: (i) 5% (cinco por cento) na constituição de reserva legal até que esta atinja o limite de 20% (vinte por cento) do capital social e (ii) 25% (vinte e cinco por cento), que serão obrigatoriamente distribuídos aos acionistas, a título de dividendo mínimo obrigatório, na proporção das ações por eles detidas, cujo saldo terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

A Companhia apresentou prejuízo no exercício de 2025, portanto, não houve distribuição de dividendos nem constituição de reservas.

Resultado por ação (básico e diluído)

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do resultado por ação no período findo em 30 de junho de 2026 (exceto a quantidade de ações em circulação e o resultado por ação básico e diluído):

	Seis meses	
	30/06/2026	30/06/2025
Resultado atribuído aos detentores das ações	(8.358)	(7.307)
Ações em circulação (média ponderada)	12.007.000	12.007.000
Resultado por ação - Básico e diluído (*)	(0,70)	(0,78)

	Três meses	
	01/04/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025
Resultado atribuído aos detentores das ações	(5.078)	(3.649)
Ações em circulação (média ponderada)	12.007.000	12.007.000
Resultado por ação - Básico e diluído (*)	(0,42)	(0,33)

(*) A Companhia não tem instrumentos financeiros diluidores, bem como o prejuízo do período não gera efeito diluidor.

11 Receita líquida de prestação de serviços e custos dos serviços prestados

Período de seis meses

	30/06/2026	30/06/2025
Receitas		
Afretamento de embarcações	91	98
Receita Bruta	91	98
Deduções		
PIS e COFINS	(9)	(21)
Receita líquida	82	77
Custo dos serviços prestados		
Depreciação	(52)	(52)
	(52)	(52)
Resultado bruto	30	25

Período de três meses

	01/04/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025
Receitas		
Afretamento de embarcações	46	98
Receita Bruta	46	98
Deduções		
PIS e COFINS	(5)	(21)
Receita líquida	41	77
Custo dos serviços prestados		
Depreciação	(26)	(26)
	(26)	(26)
Resultado bruto	15	51

12 Despesas com pessoal

Período de seis meses

	30/06/2026	30/06/2025
Remuneração	(949)	(983)
Honorários da administração	(1.878)	(1.955)
Encargos	(264)	(445)
Benefícios	(616)	(467)
	(3.707)	(3.850)

Período de três meses

	01/04/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025
Remuneração	(513)	(434)
Honorários da administração	(955)	(1.215)
Encargos	(133)	(182)
Benefícios	(308)	(251)
	(1.909)	(2.082)

13 Despesas com serviços de terceiros

Período de seis meses

	30/06/2026	30/06/2025
Consultoria jurídica	(9)	(21)
Auditoria	(64)	(77)
Consultoria	-	(201)
Publicações	(43)	(38)
Informática	(108)	(68)
Cursos e treinamentos	(40)	-
Outros	-	(54)
	(264)	(459)

Período de três meses

	01/04/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025
Consultoria jurídica	-	(15)
Auditoria	(34)	(77)
Consultoria	-	(1)
Publicações	(34)	(29)
Informática	(62)	(67)
Cursos e treinamentos	(1)	-
Outros	-	(22)
	(131)	(211)

14 Despesas financeiras

Período de seis meses

	30/06/2026	30/06/2025
Juros sobre empréstimos	(2.574)	(3.018)
Juros Partes relacionadas	(107)	(44)
Juros com parcelamentos	(203)	(305)
Despesas bancárias	(418)	(214)
	(3.302)	(3.581)

Período de três meses

	01/04/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025
Juros sobre empréstimos	(1.253)	(1.589)
Juros Partes relacionadas	(32)	(44)
Juros com parcelamentos	(177)	(137)
Despesas bancárias	(302)	-
	(1.764)	(1.770)

15 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são apurados pelo regime de tributação com base no lucro real. A base de cálculo para apuração dos impostos considera as adições e as exclusões previstas na legislação vigente.

Em 30 de junho de 2026, o montante de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social da Companhia é da ordem de R\$ 49.614(R\$ 29.915 em 31 de dezembro de 2025), sobre o qual a Administração não registra o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, em decorrência da ausência de histórico de lucratividade em suas operações e, até o momento, pela falta de expectativa de rentabilidade futura.

A reconciliação entre a alíquota nominal e a alíquota efetiva está demonstrada a seguir:

Período de seis meses

	30/06/2026	30/06/2025
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(8.358))	(7.307)
Imposto de renda e contribuição social calculados à alíquota de 34%	2.814	2.484
Total	2.814	2.484

Imposto de renda e contribuição social diferidos não registrados:

Imposto de renda e contribuição social diferidos não registrados:

Diferenças temporárias

(464)

Ausência de constituição de ativo diferido pela falta de expectativa de rentabilidade futura

(2.350)

(2.484)

Imposto de renda e contribuição social no resultado

-	-
---	---

Período de três meses

	01/04/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(5.078)	(3.649)
Imposto de renda e contribuição social calculados à alíquota de 34%	1.698	1.241
Total	1.698	1.241

Imposto de renda e contribuição social diferidos não registrados:

Imposto de renda e contribuição social diferidos não registrados:

Diferenças temporárias

(464)

-

Ausência de constituição de ativo diferido pela falta de expectativa de rentabilidade futura

(1.234)

(1.241)

Imposto de renda e contribuição social no resultado

-	-
---	---

16 Instrumentos financeiros

Classificação por categoria

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos, quando aplicáveis, são classificados em diferentes níveis, de acordo com uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação, conforme descrito a seguir:

Nível 1: preço cotado (não ajustado) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preço) ou indiretamente (derivado de preço).

Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 30 de junho de 2026 e em 31 de dezembro de 2025 estão relacionados a seguir:

Ativos e passivos financeiros	30/06/2026		31/12/2025	
	Valor contábil	Categoria	Valor contábil	Categoria
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	1	Custo amortizado	7.585	Custo amortizado
Aplicação vinculada	942	Custo amortizado	5.477	Custo amortizado
Partes relacionadas	23.563	Custo amortizado	23.381	Custo amortizado
Passivos				
Fornecedores	535	Custo amortizado	588	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	26.474	Custo amortizado	27.384	Custo amortizado
Partes relacionadas	19.232	Custo amortizado	22.864	Custo amortizado

Gestão de capital

Os índices de alavancagem financeira em 30 de junho de 2026 e em 31 de dezembro de 2025 podem ser assim sumariados:

	30/06/2026	31/12/2025
(-) Caixa e equivalente de caixa	(1)	(7.585)
Ativo	(1)	(7.585)
Empréstimos e financiamentos	26.474	27.384
Partes relacionadas	19.232	22.864
Passivo	45.706	50.248
Dívida líquida	45.705	42.663
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(27.617)	(19.342)
Relação da dívida líquida sobre o patrimônio líquido (passivo a descoberto) - %	165,50	220,57

Gestão de riscos

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, em linha com a Política de tesouraria e administração de caixa da Companhia. A Política estabelece critérios de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às taxas de juros.

Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Os instrumentos financeiros que estão sujeitos a riscos de crédito referem-se, substancialmente, às suas disponibilidades registradas em caixa e equivalentes de caixa (com instituições financeiras) e recebíveis de partes relacionadas.

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 4, o saldo em 30 de junho de 2026 de caixa e equivalentes de caixa se refere a recursos disponíveis mantidos em caixa ou crédito contra instituições financeiras que possuem *rating* em escala nacional entre AA - e AA+, baseado na agência de *rating* S&P.

Todas as operações são realizadas com instituições de reconhecida liquidez e em linha com as práticas de tesouraria e administração de caixa da Companhia.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito, com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. Sendo assim, não há indicativos de *impairment* baseado nessa exposição de risco.

Risco de taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de se incorrer em perdas financeiras por conta de flutuações adversas nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas às suas obrigações financeiras.

O risco do aumento das taxas de juros atrelada ao CDI pode impactar negativamente a posição de empréstimos e financiamentos pós-fixados da Companhia, gerando assim um aumento do nível de despesas financeiras de juros sobre empréstimos e financiamentos. Por outro lado, em menor grau, pode impactar positivamente a posição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia, gerando assim aumento do nível de receita sobre aplicações financeiras.

Análise de sensibilidade - Taxa de juros

Apresentamos a seguir o quadro demonstrativo consolidado com a análise de sensibilidade para os riscos de taxa de juros, considerando o fechamento em 30 de junho de 2026. A análise considera o cenário provável conforme avaliação da Administração da Companhia.

As premissas utilizadas para o cenário provável determinado pela Administração tiveram por base as informações disponíveis no mercado no “Boletim Focus”, do Banco Central do Brasil (BCB), de 24 de julho de 2026:

		30/06/2026	Projeção do efeito no PL em 31/12/2026	+25% Cenário I	+50% Cenário II
Ativo					
Equivalentes de caixa	CDI	1	0	0	0
Aplicação vinculada	CDI	942	65	81	96
Total		943	65	81	96
Passivo					
Empréstimos e Financiamentos	CDI	(26.474)	(1.834)	(2.275)	(2.709)
Total		(26.474)	(1.834)	(2.275)	(2.709)
Exposição líquida		(25.531)	(1.769)	(2.194)	(2.613)
Indexador	CDI	14,25%	14,00%	17,50%	21,00%

Risco de liquidez

Representa o risco de escassez e dificuldade da Companhia de honrar seus passivos (principalmente dívidas). A Companhia procura alinhar o vencimento de suas dívidas com o período de geração de caixa da Controladora para evitar o descasamento que possa gerar a necessidade de maior alavancagem financeira. Chamamos atenção à Nota Explicativa nº 2.1, onde a Administração divulga sobre a situação de capital circulante líquido negativo, seus impactos potenciais nas operações e na gestão de tesouraria, bem como as medidas sendo tomadas para a sua melhoria.

O quadro a seguir detalha o prazo de vencimento dos principais passivos financeiros da Companhia e na data dessas informações contábeis intermediárias:

	Até um ano	De um a três anos	Total
Empréstimos e financiamentos	20.872	5.602	26.474
Fornecedores	535	-	535
Partes relacionadas	-	19.232	19.232
	21.407	24.834	46.241

Segue, para fins comparativos, a movimentação em 31 de dezembro de 2025:

	Até um ano	De um a três anos	Total
Empréstimos e financiamentos	14.945	12.439	32.384
Fornecedores	588	-	588
Partes relacionadas	-	(22.864)	22.358
	15.533	35.303	55.330

Paulo Guilherme Autran Seidel
Diretor Financeiro e Relações com Investidores

Camila Pinto Barbosa de Oliveira
Diretora Jurídica

Bruno Júnior Dornelas da Rocha Gomes
Contador - CRC MG 106.836/O-8 S RJ